

GOVERNO BOLSONARO: IMPACTOS DO CONTEXTO POLÍTICO ATUAL NO ENSINO SUPERIOR INTERCULTURAL

BOLSONARO'S GOVERNMENT: IMPACTS OF THE CURRENT POLITICAL CONTEXT ON INTERCULTURAL HIGHER EDUCATION

Laura Marcela Cubides Sánchez 1
Fabiana Soares Fernandes Leal 2

Resumo: O governo do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, tem ameaçado à valorização e preservação de outras formas de vida e de aprendizado que não estão alinhadas ao projeto neoliberal. Dessa forma, o atendimento aos povos indígenas e aos programas de educação inclusiva tem sido alguns dos campos de ação mais afetados. Este artigo pretende evidenciar os impactos das decisões tomadas a partir do início deste mandato, na gestão do Ensino Superior Intercultural do país. Os dados e contextos apresentados enquadram-se, unicamente, no ano de 2019, devido à velocidade com que tem surgido novos cenários políticos e institucionais. Esta revisão bibliográfica e documental acolhe fontes de informações como jornais e documentos oficiais recentes. A perspectiva teórica adotada é a do grupo Modernidade/Colonialidade, a qual permite concluir que as estratégias de operação deste governo endossam e respondem aos interesses da modernidade e da globalização, através dos mecanismos que utiliza para enfraquecer os espaços de empoderamento e autonomia indígena.

Palavras-chave: Ensino Superior. Interculturalidade. Povos Indígenas. Colonialidade. Governo Bolsonaro.

Abstract: The government of the current president of Brazil, Jair Bolsonaro, has threatened the appreciation and preservation of other ways of living and learning that are not aligned with the neoliberal project. Thus, the care of indigenous peoples and the inclusive education programs have been some of the most affected action fields. This paper intends to evidence the impacts of decision-making from the beginning of this term on the management of Intercultural Higher Education in Brazil. The presented data and contexts refer only to the year 2019, due to the speed that new political and institutional scenarios have emerged. This bibliographic and documental review embraces sources of information such as newspapers and recent official documents. The theoretical perspective of the group Modernity/Coloniality was adopted, and it enables the conclusion that the operating strategies of this government endorse and respond to the interests of modernity and globalization through mechanisms that weaken indigenous empowerment and autonomy.

Keywords: Higher Education. Interculturality. Indigenous peoples. Coloniality. Bolsonaro Government.

Mestre em Ensino de Ciências e Humanidades, Universidade Federal do Amazonas. 1
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3432111143452581>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3478-8989>.
E-mail: lauracubides20@gmail.com

Doutora em Psicologia, Universidade Federal do Amazonas. 2
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7990271056067788>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5174-6409>.
E-mail: fabianafernandes2801@gmail.com

Introdução

Ao se falar de Educação Intercultural, faz-se referência a um projeto político-pedagógico que dá lugar as epistemologias que emergem das trajetórias e experiências coletivas de populações historicamente subalternizadas. A partir desse princípio, o Ensino Superior Intercultural tem o compromisso democrático de promover a participação ativa de grupos sociais com pouca representação política e acadêmica e combater diferentes expressões de racismo e discriminação em instituições de ensino universitário (WALSH, 2009).

Levando em consideração a ampla variedade de tipos de experiências que constituem este projeto, incluindo programas de inclusão ou de formação criados especialmente para indígenas ou afrodescendentes, em instituições educacionais convencionais e universidades indígenas ou interculturais (CRES, 2018), a abordagem intercultural exige uma série de estratégias e negociações permanentes entre entidades governamentais, instituições educacionais e comunidades, para garantir a execução eficaz e pertinente dessas iniciativas.

Esse enfoque não é funcional para o sistema dominante, porque é concebido como um projeto político de descolonização, transformação e criação que requer quebrar a ideia da educação moderna (WALSH, 2009). É por isso que governos ideologicamente localizados nos setores de direita e extrema direita do espectro político não consideraram o fortalecimento e o financiamento desses programas de inclusão social como uma de suas prioridades.

No caso do Brasil, isso se reflete no fato de que, durante os dois mandatos presidenciais consecutivos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2006 e 2007 - 2010), seguidos pelo governo de Dilma Rousseff (2011 - 2016), ambos reconhecidos como governos de esquerda, promoveram várias e transcendentais políticas públicas e programas institucionais em favor da integração de indígenas e afrodescendentes no âmbito educacional¹. O governo posterior de Michel Temer (2016 - 2018) foi uma transição entre esse cenário e o que viria depois com o mandato de Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil (2019 – 2022), em termos de concepção e tratamento da alteridade e dos bens públicos.

Em 28 de outubro de 2018, os brasileiros assistiram a um dos acontecimentos mais conjunturais da história política do país com a eleição de Jair Bolsonaro para presidente. Seu posicionamento aconteceu no primeiro dia de janeiro de 2019, data que delimita o começo do período compreendido neste documento. Devido à velocidade com que tem surgido novos cenários políticos e institucionais, em decorrência da quantidade de mudanças e decisões tomadas a partir desse momento, este artigo de abordagem qualitativa, enfoca-se nos eventos correspondentes ao primeiro ano de governo, ponderando à possibilidade de que várias das frentes abordadas sofram repentinas modificações administrativas e legislativas ao longo de 2020. Portanto, os dados e contextos apresentados, enquadram-se, unicamente, em 2019, um dos anos mais controversos para o setor do Ensino Superior público e para as populações indígenas, pela forma como têm sido atacados estruturalmente, mediante o desmantelamento de normativas e órgãos institucionais e do corte de orçamento às entidades encarregadas do seu atendimento.

O objetivo do artigo é compreender como o atual contexto político tem influenciado a gestão de programas educacionais de natureza intercultural, especialmente aqueles voltados à formação das populações indígenas, no nível superior. Para isso, é necessário se envolver em outras discussões que dominaram a opinião pública sobre o que esse governo representa na história do país. Considerando que a escala temporal em que este estudo é circunscrito, compõe-se por uma série de eventos latentes, isso é, que estão ocorrendo e que também estão expostos as várias interpretações ao mesmo tempo em que novas circunstâncias conjunturais continuam surgindo, foi considerado indispensável envolver fontes que registrem conceitos e percepções de jornalistas, docentes e funcionários públicos imersos na área da educação, no compêndio de informações que constituem os principais recursos deste texto. Portanto, dentro da revisão documental, há comunicados de jornal, relatórios elaborados por organizações, por indígenas e por entidades associadas à gestão educacional.

1 Alguns dos programas e ações promovidas nos governos citados, são: a Lei 10.639, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, o Prouni (Programa Universidade Para Todos), o apoio às ações afirmativas nas universidades públicas, a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), etc.

Vale ressaltar que parte do material estimado à construção desse cenário foi obtida através de um exercício de compilação documental para a elaboração de uma das seções que compõem uma dissertação em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Assim, a maioria das reflexões levantadas a partir dos dados selecionados está orientada pela base teórica dessa pesquisa, que corresponde às contribuições de intelectuais, principalmente latino-americanos, pertencentes ao coletivo de pensamento crítico e decolonial denominado Modernidade/Colonialidade. Nesse contexto, o conceito de Interculturalidade Crítica de Walsh (2009) também guiou a maneira como esse cenário foi percebido. Partindo desse quadro, é possível argumentar que os impactos dessa gestão administrativa no projeto do Ensino Superior Intercultural fazem parte de uma estratégia de dominação social para enfraquecer os espaços de empoderamento e autonomia indígena, porque respondem à ideologia colonial, capitalista e neoliberal que dirige as práticas deste governo.

De acordo com o que foi mencionado, este é um artigo de revisão bibliográfica e documental. Como parte do processo metodológico, foram selecionadas notícias de jornais como “El País”, “Fórum” e a “Rede Brasil Atual”. Além disso, foram coletadas informações de documentos oficiais como leis, pronunciamentos de organizações indígenas como o Conselho Indigenista Missionário, o Instituto Socioambiental, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, entre outros, e o Plano do Governo Bolsonaro. Dentro deste compêndio está o balanço técnico “Educação em disputa: 100 dias do governo Bolsonaro”, como resultado de um trabalho conjunto entre Ação Educativa, Carta Educação e De Olho nos Planos, que constituem o fio condutor do artigo porque, a partir dos dados e reflexões registrados nele, várias das discussões e conclusões deste trabalho são desencadeadas. Grande parte desse material foi produzido e publicado no decorrer de 2019.

Para fazer uma leitura crítica e decolonial do que essas fontes revelaram, foram utilizados artigos, capítulos de livros e ensaios acadêmicos escritos por alguns dos autores mais referenciados no campo teórico mencionado, dentre os quais se encontram: Mignolo (2008), Quijano (2002), Walsh (2009; 2012), entre outros, para mencionar apenas alguns dos citados ao longo do texto. A maioria desse material corresponde às produções acadêmicas publicadas nos últimos 10 anos (2009-2019), pois nesse período se intensificaram os debates sobre as experiências educacionais com esse enfoque, que foram criadas ou começaram a ter um boom maior do que na década anterior e que já têm um caminho mais extenso. O processo de exploração literária permitiu adotar certos eixos de análise propostos a partir da perspectiva decolonial que foram fundamentais para entender como as diretrizes políticas de Bolsonaro estão influenciando o curso dos programas de Ensino Superior Intercultural no Brasil.

No total, são referenciadas 21 fontes bibliográficas, das quais 3 são textos de jornais, 10 são documentos oficiais e institucionais e 8 são produções acadêmicas. O tecido final visa correlacionar posições e interpretações que expõem características, condições e origens do problema acima aludido. Espera-se, assim, contribuir para o estudo do que esse momento político significa na história do Brasil, pelo que ele representa para os processos de reivindicação de direitos e empoderamento das populações excluídas e marginalizadas.

Leitura do momento político e seus impactos no atendimento aos povos indígenas a partir da perspectiva crítica decolonial

Segundo o jornal “El País” (WATSON, 2019), os primeiros 100 dias da presidência de Jair Bolsonaro, deixaram duas grandes lições: a primeira delas é que os temores previstos pelas comunidades indígenas e organizações indigenistas sobre a forma como assuntos relacionados ao seu empoderamento e participação social seriam tratados pelo governo, foram corroborados com as diferentes expressões de uma administração racista que tem lançado abertamente um ataque sem precedentes contra os povos indígenas. A segunda é que as ameaças a valorização e preservação de outras formas de vida que não estão alinhadas ao projeto neoliberal promovido por este governo, possam não continuar seu curso se os tribunais e o Congresso Nacional proporcionarem o amparo legal e prático para impedir esses pronunciamentos. Em reação a essa primeira etapa do mandato, os próprios povos indígenas fortaleceram seus mecanismos de organização e mobilizaram-se nos níveis local e nacional, obtendo algumas vitórias diante dos ataques anunciados.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2014) é uma das

referências fundamentais para a gestão de assuntos relacionados aos direitos dos povos indígenas, no mundo. No primeiro semestre do ano, o governo Bolsonaro ameaçou retirar o Brasil desse tratado internacional, o que afetaria ainda mais os diálogos entre líderes comunitários e instâncias governamentais e impediria o seguimento e fiscalização internacional, independente do cumprimento dos compromissos constitucionais pactuados para garantir sua participação e bem-estar.

O jornal “El País” (WATSON, 2019) qualifica essa sentença como expressão de uma guerra aberta contra as comunidades indígenas, desamparando-as de um quadro normativo que respalda decisões de juízes e promotores para validar e pôr em prática seus direitos. Portanto, essa ação é um acréscimo ao que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2019) refere-se como uma tentativa de desarmar o movimento e as Organizações não governamentais (ONGs) que não estão em sintonia com os interesses primordiais desse governo “ruralista” e que obstaculizam seu objetivo sobre a abertura de terras indígenas para o agronegócio.

Com relação ao tema da educação, tomando como referência o relatório de especialistas e educadores “100 dias de governo Bolsonaro e educação”, apresentado no documento “Educação em disputa: 100 dias do governo Bolsonaro” elaborado pelas organizações: Ação Educativa, Carta Educação e De Olho nos Planos (2019), em menos de três meses já estavam ocorrendo transformações significativas no interior do Ministério da Educação, dentre as quais se destacam: 1. A militarização da educação; 2. A extinção de algumas secretarias, incluindo a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), sendo essa uma das notícias mais polêmicas naquele momento; 3. A disputa pela política de alfabetização; 4. O ataque ao financiamento de qualidade; 5. O direito à educação domiciliar, entre outros.

A partir do Plano de Governo apresentado por Bolsonaro (TSE, 2018), durante sua campanha presidencial, era previsível que a educação fosse diretamente afetada tanto por uma lógica de controle ideológico quanto por uma visão autoritária do militarismo. Isso torna impossível consolidar uma política educacional sob uma perspectiva racional, progressista e coerente com as metas e estratégias traçadas no Plano Nacional de Educação vigente, regido pelas pautas internacionais. Seus delineamentos já atacavam fortemente o financiamento e todos os tipos de vinculações constitucionais em favor da educação pública. Além disso, segundo a opinião expressa pelo professor Salomão Ximenes, da Universidade Federal do ABC do Estado de São Paulo (UFABC) (AÇÃO EDUCATIVA; CARTA EDUCAÇÃO; DE OLHO NOS PLANOS, 2019), como parte do discurso sobre a “inversão de prioridades” que atravessa suas propostas, desde então, anunciava-se a redução do investimento em Educação Superior para priorizar a Educação Básica.

Entre o que aconteceu nesta primeira etapa, o senhor Ricardo Vélez Rodríguez, nomeado, em princípio, Ministro da Educação do governo Bolsonaro, foi sucedido pelo atual Ministro Abraham Weintraub, no mês de abril de 2019. Diante desse cenário, o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, manifestou no documento “Educação em disputa: 100 dias do governo Bolsonaro” que, apesar do pouco tempo de gestão de Vélez, a leitura que é feita sobre seu trabalho durante os meses em que esteve no cargo, resumia-se em que “atuou na linha da guerra cultural e que, claramente, não foi capaz de administrar as forças que subsidiaram a sua gestão” (AÇÃO EDUCATIVA; CARTA EDUCAÇÃO; DE OLHO NOS PLANOS, 2019, p. 23). Sem muita expectativa, também expressou que o ministro Weintraub, aponta para o aprofundamento das políticas de mercado e de externalização da educação no Brasil.

De acordo com o artigo “Educação: a mediocridade autoritária como política de governo”, do mesmo documento, escrito por Denise Carreira e Roberto Catelli, o ministro Weintraub, vinculado ao grupo ultraliberal do atual governo, defende o corte de recursos para políticas sociais, especialmente na área da saúde e educação. Como parte dessa tendência, dentro do Ministério de Educação (MEC) há um movimento em curso, que, no âmbito da gestão educacional, está empenhado em desconstruir o caráter de direito humano das políticas educacionais (AÇÃO EDUCATIVA; CARTA EDUCAÇÃO; DE OLHO NOS PLANOS, 2019).

Segundo as ações empreendidas, essa intenção vem se canalizando em três projetos: o primeiro consiste no desmonte institucional de políticas e órgãos educacionais, em particular aqueles que buscam combater as desigualdades na educação; o segundo se concentra na promoção de ações e programas com uma carga ideológica ultraconservadora, como as mudanças curriculares

com viés autoritário, o ensino religioso confessional em escolas públicas, as escolas militarizadas, etc.; e o terceiro corresponde à forte contenção do financiamento educacional, levando ao cenário perfeito para avançar nos processos de privatização da educação pública (AÇÃO EDUCATIVA; CARTA EDUCAÇÃO; DE OLHO NOS PLANOS, 2019).

O referido documento revela como os tópicos correspondentes à formação de professores, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio, foram deixados de fora da agenda do MEC. Além disso, o ministério tem mostrado uma clara indiferença diante do principal instrumento de política educacional do país: o Plano Nacional de Educação (PNE). Conforme Carreira e Catelli (AÇÃO EDUCATIVA; CARTA EDUCAÇÃO; DE OLHO NOS PLANOS, 2019), essa posição e as diferentes manifestações por parte de muitos dos novos membros do MEC contra assuntos como a globalização cultural e a ideologia de gênero, que fazem parte das discussões recentes mais latentes no campo da educação, são expressões de uma ação política que só tem como finalidade ocupar o poder e desconstruir as conquistas educacionais dos brasileiros durante os anos posteriores à atual Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

As problemáticas estruturais que surgem na Educação Escolar Indígena e também no Ensino Superior Intercultural, correspondem à lógica das ações que tem se legitimado através do discurso de desenvolvimento e progresso econômico do qual se governa, que, em primeira instância, tem obstaculizado o empoderamento dos povos étnicos e, portanto, sua autonomia e projeção educacional. Alguns autores, como Paladino e Almeida (2012), comentam que o exercício da Educação Intercultural deve se concentrar mais nas variáveis de desigualdade e de relações de poder e dominação a que essas populações historicamente têm estado submetidas, a fim de quebrar com a cadeia de governança que reproduz uma estrutura social discriminatória. É aí onde é necessário que o sistema educacional, através das propostas de educação inclusivas e diferenciais, trabalhe com um compromisso maior.

Os aportes de alguns autores da corrente decolonial oferecem ferramentas pertinentes para uma análise crítica das situações que compõem o panorama exposto. De acordo com Bragato, Barretto e Silveira Filho (2017), a colonialidade é caracterizada como uma forma de dominação em todos os níveis (econômico, político, social e cultural). Por isso, segundo Mignolo (2008), o discurso emancipatório apropriado pelos governos da América Latina é utilizado como um fator de hierarquização e subestimação de outras experiências coletivas. A desigualdade existente entre os diferentes grupos identitários de países como o Brasil, produz grandes assimetrias na participação política e na forma como os recursos públicos são dispostos, o que desencadeia na privatização dos direitos humanos, pois “as posições sociais e o acesso ao poder e ao saber são determinados, na modernidade/colonialidade, por questões de raça, etnia e gênero” (BRAGATO; BARRETTO; SILVEIRA FILHO, 2017, p. 40).

Nesse sentido, o padrão de poder mundial reside na articulação sistemática entre: Estado, eurocentrismo, capitalismo e o que denominamos como colonialidade do poder (QUIJANO, 2002). Quando a estrutura global não é alterada com a descolonização, ocorre um fenômeno nos países conhecido como “Colonialismo interno”, que consiste na configuração de relações sociais de dominação e exploração entre as diferentes realidades culturais e classes sociais, permitindo que emergjam mecanismos de controle do trabalho, dominação política, racismo, exclusão etc. (GONZALEZ, 2006). Como já foi apontado, a ideologia que mobiliza o plano de governo de Bolsonaro e as medidas tomadas até o momento, enfatizam sistematicamente essas ordens.

Por esse motivo, a importância da interculturalidade como projeto educacional e social, situa-se em sua capacidade de mudar, não apenas os relacionamentos, mas também as estruturas, condições e dispositivos de poder que mantêm a discriminação, racialização e assimilação (WALSH, 2012), aspectos que vêm se aguçando no país durante os últimos meses. Os espaços que propõem uma lógica de pensamento e umas dinâmicas de ensino e aprendizagem diferentes da hegemônica, como no caso dos programas interculturais, são fortemente atacados pelos governos de extrema-direita porque pode tornar visíveis essas vertentes do tecido colonial, na medida em que outro paradigma é proposto para combater a subalternização de seres, saberes, lógicas e racionalidades de vida.

Tomando como referência o conceito de “Interculturalidade crítica” desenvolvido por Catherine Walsh (2009) a partir dos delineamentos do grupo Modernidade/Colonialidade, só

é possível falar de Educação Intercultural se através dela se pretende empreender uma crítica à racionalidade moderna excludente, desconstruindo o pensamento eurocêntrico estabelecido “no que” e “em como” se ensina e questionando a lógica instrumental do capitalismo, pelo que governos como o de Bolsonaro se veem ameaçados. Por essa razão, os programas interculturais são em si, uma prática política (WALSH, 2009), através da qual exerce-se uma contra resposta a todas as formas de desprezo e marginalização presentes nas instituições do Estado e na vida cotidiana dos povos indígenas e afrodescendentes.

Portanto, o problema estrutural colonial-racial é o contexto no qual se circunscreve o cenário político abordado aqui e o ponto de partida para compreender os antecedentes do que vem acontecendo durante o ano de 2019 e como isso afeta o desenvolvimento de projetos e programas focados nas populações indígenas do país.

Desmantelamento da política indigenista e os ataques ao Ensino Superior Intercultural durante o governo Bolsonaro

A partir do momento em que o governo vigente assumiu seu posicionamento, tem se empreendido uma série de medidas institucionais para desmantelar a política indigenista no Brasil. Em consonância com o jornal “Fórum” (TEODORO, 2019), antes da segunda metade do ano, dez delas já haviam sido executadas, as quais são apresentadas a seguir:

1. Em princípio, a transferência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é feita para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, prejudicando a autonomia e a importância das tarefas realizadas ao interior da instituição. No entanto, após 4 meses, regressou nas mãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, onde havia estado anexada desde 1991;

2. Extinção da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI / MEC), na qual foram desenvolvidas ações para o fortalecimento de vários campos da educação, entre esses: a educação de campo, indígena e quilombola e a educação para as relações étnico-raciais;

3. Entrega de pastas de demarcação e licenciamento ambiental para os ruralistas (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA), o que inviabiliza a promoção de uma política ambiental que respeite a convergência entre o usufruto exclusivo de terras indígenas e a preservação ambiental dessas demarcações;

4. Extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), encarregado de monitorar e acompanhar a situação de insegurança alimentar, ligada à questão da demarcação de terras indígenas e ao aprimoramento da cultura dessas populações;

5. Aumento dos conflitos territoriais devido à incerteza produzida pelo discurso de Bolsonaro contra a demarcação de terras indígenas, no qual foi anunciado que “não haverá um centímetro de terra demarcada” (TEODORO, 2019, S/P), o que tem levado que determinadas comunidades sejam ameaçadas e invadidas por proprietários e ruralistas;

6. Facilitação da posse de armas e incentivo ao uso destas em áreas rurais, afetando em grande medida as populações indígenas, que, como mencionado, são vulneráveis a diferentes ataques de proprietários de terras e fazendeiros;

7. Possibilidade de extinção da Secretária Especial de Saúde Indígena (SESAI), através da qual é fornecida a atenção à saúde indígena no nível federal e não municipal. Finalmente, o ministro da Saúde desistiu da decisão de abolir o sistema de saúde indígena;

8. Negociação e intervenção da Amazônia, por causa dos interesses de corporações nacionais e internacionais para a extração de diversos recursos, sendo este um dos pontos mais controversos e preocupantes, não apenas para os habitantes locais, que são quase em sua totalidade indígenas, mas também para todo o país, por ser uma região de extrema riqueza ambiental e cultural;

9. Projetos de intervenção e exploração com consequências irreversíveis ao meio ambiente e aos modos de vida dos povos que habitam as terras indígenas, correspondentes em grande porcentagem ao setor agrícola e de mineração;

10. Estabelecimento de um novo marco legal para suprimir o direito de ocupação tradicional, posse e usufruto exclusivo de terras indígenas e bens naturais, por meio de novas medidas administrativas, jurídicas e legislativas.

Em resposta às disputas de poder que estavam se aguçando com as transformações institucionais relativas à demarcação de terras indígenas, no contexto de um reajuste dos órgãos governamentais, proposto pela Medida Provisória Nº 870, de 2019, convertida na Lei 13.844 em junho do mesmo ano (BRASIL, 2019), Bolsonaro opta por dismantlar a FUNAI. Através desse instrumento, se lhe arrebatou a autoridade em fazer a demarcação das terras indígenas, redirecionando essa tarefa ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esse tipo de medida torna visível a prolongação de uma política integracionista que acolhe essas populações sob um tratamento isonômico em relação ao resto da sociedade civil (CIMI, 2019).

Tomando como referência o Instituto Socioambiental (ISA), a reforma ministerial provoca o enfraquecimento e a fragmentação dos trabalhos realizados pela FUNAI. Levando em consideração as alterações e o cenário de incertezas que essa reestruturação produziu, especialmente para o movimento indígena, pode-se dizer que tem sido uma das mais profundas nos últimos 30 anos (ISA, 2019). Diante da indignação pelo retrocesso que representavam essas ações, foi convocada uma série de mobilizações a fim de garantir que a Medida Provisória não fosse aprovada pelo Congresso Nacional. Entre os aspectos que estavam sendo debatidos nessa luta, estava o retorno da FUNAI ao Ministério da Justiça e a continuidade dos trabalhos avançados para a demarcação e proteção de terras indígenas e a participação destes povos no licenciamento ambiental (APIB, 2019).

Para o mês de maio, a força coletiva promovida por indígenas, indigenistas e alguns parlamentares, desencadeou no que é considerado uma vitória histórica para os povos indígenas e aliados, devido à participação que tiveram na reformulação desse documento, com o qual se conseguiu que se adjudicassem novamente algumas responsabilidades à FUNAI e que ela continue vinculada ao Ministério anterior. No entanto, daí não se tem atribuído mais demarcações de terras como política do governo (CIMI, 2019). Sobre esse tema, a senadora Soraya Thronicke do Partido Social Liberal, durante sessão plenária em fevereiro de 2019, afirmou o seguinte:

Quero deixar claro aos produtores rurais que, independente do que acontecer agora, o presidente Bolsonaro não vai mais assinar demarcação de Terras Indígenas. Não assinou desde o dia 1º de janeiro e não vai assinar. Porque o presidente entende que os índios nunca tiveram as terras. Elas sempre foram da União (CIMI, 2019, S/P).

Nesse ponto, vale a pena dizer que, embora seja verdade que os territórios indígenas são propriedade federal, conforme estipulado na Constituição política vigente (BRASIL, 1988), as comunidades indígenas do país têm o direito à posse permanente e uso exclusivo de recursos naturais circunscritos nas áreas delimitadas de acordo com seus processos históricos de assentamento e suas condições de habitabilidade.

Adicionalmente, o apoio financeiro à FUNAI diminuiu significativamente. Além disso, alguns profissionais de níveis administrativos superiores e encarregados da área de investigação e defesa da instituição têm sido demitidos ou têm estado submetidos a perseguição política, bem como se têm obstaculizado os processos de demarcação de territórios indígenas em mãos dos seus técnicos. Embora, os delineamentos da FUNAI à assistência às populações indígenas têm se baseado em uma agenda de caráter assimilacionista², através dela se tem conseguido avançar na construção de canais de comunicação e participação para a coleta, sistematização e análise das informações correspondentes às suas realidades. Portanto, essa entidade representa um ponto de referência para muitas das ações direcionadas a essas populações e, quando atacadas dessa maneira, é afetada a continuidade de muitos projetos em andamento e a possibilidade de seguir progredindo nesse campo.

² Refere-se a uma corrente que promove a assimilação de culturas marginalizadas pelas dominantes. Funciona para exercer domínio sobre as minorias (em termos de força política), dificultando o desenvolvimento de suas especificidades culturais e integrando-as ao projeto homogêneo de sociedade (PALADINO; ALMEIDA, 2012).

Por isso, de acordo com Cleber Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Missionário Indígena (CIMI):

O governo quer tornar letra morta a Constituição Federal. Isso é preocupante, porque a violência contra os povos tradicionais será perpetuada e ampliada. A FUNAI não foi extinta oficialmente, mas se mantém dentro de um papel decorativo, com pouquíssimas atribuições, como é de interesse para os ruralistas (RBA, 2019, s/p).

Todo esse cenário mostra um retrocesso de mais de 30 anos no fortalecimento de uma política indigenista, através da qual seja possível reivindicar e fazer justiça ante o extermínio em massa dos povos originários do Brasil e a impunidade daqueles que promoveram essas tragédias, revelando a forma pela qual o governo atual concebe a posição e a participação destas populações no projeto da sociedade que se tem.

No que diz respeito à Extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), vale enfatizar a relevância que ela teve nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, atuando em agendas marcadas por profundas tensões geradas a partir das desigualdades, na garantia do direito à educação. Cabe mencionar que essa secretaria possuía um número representativo de profissionais indígenas em seu corpo técnico, o que abriu o espectro metodológico e operacional dessa instituição.

O ex-ministro Ricardo Vélez, que esteve no cargo por apenas três meses, criou duas secretarias para substituir a SECADI: A Secretaria de Alfabetização e a Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação. Naquele momento, não foi comunicado publicamente, quais das ações, programas e políticas dessa secretaria continuariam em andamento. Porém, voltando ao documento “Educação em disputa: 100 dias do governo Bolsonaro”, deve-se dizer que antes de sua dissolução, há alguns anos atrás, ela já estava enfrentando um processo de desmantelamento, pois em junho de 2016, quando Michel Temer, do partido Movimento Democrático Brasileiro, ocupava o cargo de presidente interino, 23 pessoas foram exoneradas do órgão.

Entre os projetos ou ações mais destacadas da SECADI, está a realização das Conferências Nacionais de Educação Indígena (CONEEIs). Segundo Jozileia Jagso (AÇÃO EDUCATIVA; CARTA EDUCAÇÃO; DE OLHO NOS PLANOS, 2019), uma antropóloga e indígena Kaingang que analisa o impacto da dissolução da SECADI, esses espaços eram instâncias participativas de tomada de decisão, considerados como conquistas do movimento indígena. Através da consecutiva desses encontros, houve progresso no reconhecimento de que a Educação Escolar Indígena não deveria ser aplicada da mesma maneira para todos os povos, devido às diferenças em seus processos históricos e em suas condições de vida.

Adicionalmente, a Secretaria também era responsável pelo Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND). Aqui, vale a pena ressaltar que, mediante o apoio financeiro às universidades para criar e manter cursos superiores nessa área, o PROLIND é de extrema importância para o funcionamento e a estabilidade de todas as Licenciaturas Interculturais no país (AÇÃO EDUCATIVA; CARTA EDUCAÇÃO; DE OLHO NOS PLANOS, 2019). O fato de que programas como esse não serem suportados por uma política, mas que dependem de uma dinâmica assistencialista, é uma evidência de que, através deles, os governos buscam fornecer respostas imediatas a um problema secular e que requer uma política cimentada em uma resolução.

Considerando que o PROLIND não conta com uma liberação de fluxos financeiros com periodicidade fixa, grande parte dessas licenciaturas está fora da matriz orçamentária anual das universidades. Portanto, a partir de agora, sua continuidade depende estritamente da manutenção do repasse de recursos pela nova secretaria encarregada.

Dessa maneira, retomando Jozileia Jagso, é provável que:

O corte de recursos que vai haver nas universidades vai fazer com que elas tenham dificuldade de manter o que têm. Neste

contexto, os cursos que vem através de projetos, fomentados com outros recursos, ficam praticamente inviáveis, porque não tem professores concursados para eles (AÇÃO EDUCATIVA; CARTA EDUCAÇÃO; DE OLHO NOS PLANOS, 2019, p. 12).

Embora não seja uma novidade que os recursos destinados às universidades públicas não deem conta de sustentar programas como as Licenciaturas Interculturais, o corte de verba a essas instituições de ensino, promovido pelo governo Bolsonaro, intensificou o problema. Se já era difícil garantir sua permanência com o orçamento dos governos anteriores, agora que diminuiu, essas iniciativas diferenciais são ainda mais vulneráveis. Além disso, já existia o risco de que os estudantes indígenas desses cursos perdessem a bolsa permanência com a qual conseguem se mobilizar de suas terras às universidades, pagar um lugar para morar durante o período das aulas e comprar sua alimentação. Diante disso, Jozileia comentou que os “alunos têm medo de não ter mais esse recurso para poder sobreviver na universidade. A gente não sabe ainda qual vai ser o desenho, mas o medo já está instaurado” (AÇÃO EDUCATIVA; CARTA EDUCAÇÃO; DE OLHO NOS PLANOS, 2019, p. 13).

Entre 10 e 12 de junho de 2019, foi realizado em Goiânia um encontro entre representantes indígenas, coordenadores do PROLIND e da Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE), e representantes de Universidades Estaduais, Universidades Federais e Institutos Federais de todas as regiões do Brasil, no qual foi discutida a importância deste programa para garantir a formação inicial e continuada dos professores indígenas no Ensino Superior (COLETIVO DE REPRESENTANTES INDÍGENAS; PROLIND, ASIE, 2019). O ponto central dos aspectos abordados reside na necessidade de transformar o PROLIND em uma política permanente para dar continuidade à Educação Escolar Indígena, como uma maneira de responder à dívida histórica do Estado brasileiro com os povos indígenas. Ademais, foi enfatizada a importância do financiamento da ASIE, no marco do fortalecimento de políticas de Educação Escolar Indígena do MEC.

No relatório desta reunião, se tem registro da preocupação que os membros da ASIE e o PROLIND manifestaram sobre as implicações do corte radical do orçamento federal para as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas. Em relação as Licenciaturas Interculturais, para essa data, os departamentos responsáveis ainda não possuíam os dados sobre os recursos que seriam liberados para dar continuidade as atividades em 2019, nem as datas de abertura de novos editais do PROLIND (e as diretrizes às quais eles deviam-se aderir). Nesse mesmo documento, é expresso o nível de incerteza causado pelo Ofício-Circular Nº 49 de 2019 (SEMESP, 2019), através do qual é comunicado que, as turmas das Licenciaturas Interculturais que tinham ingressado a partir do segundo período de 2017, não receberiam mais financiamento por parte do PROLIND.

Com isso, vemos a vulnerabilidade a que estão sujeitos os direitos das populações indígenas, uma vez que existe a possibilidade de um governo ignorar as disposições da legislação federal, especialmente aquelas relativas à Educação Escolar Indígena. Portanto, deve ser assegurada a formação educacional das populações indígenas nos níveis fundamental, médio e superior, junto da execução do magistério. Por esse motivo, de acordo com Nobre (2018, p. 23), o que está acontecendo na atualidade representa o “atraso histórico em que nos encontramos, no tocante a implantação de políticas públicas estruturantes de Educação Escolar Indígena que assegure os direitos dos povos indígenas já prescritos na lei”.

Como parte do projeto político ultraliberal que direciona este governo, sabe-se que o corte de financiamento educacional corresponde a uma estratégia para acabar com o serviço público e torná-lo extremamente ineficaz. Conforme afirma Daniel Cara, “quando você tem um processo de precarização do serviço público, você constrói a ideia na sociedade de que o poder público não é competente para dar conta do que é a necessidade das pessoas” (AÇÃO EDUCATIVA; CARTA EDUCAÇÃO; DE OLHO NOS PLANOS, 2019, p. 24). É por isso que, o argumento da privatização parte da defesa de que o setor privado é mais dinâmico. Levando em conta que a política educacional que propõe este governo é reduzir esse campo a uma esfera de propaganda de ultradireita e mercantilizar o processo de ensino e de aprendizagem, a grande aposta está na privatização.

Contudo, alguns dos analistas que citamos ao longo deste texto, concordam com a ideia de que, apesar do momento conjuntural, esse cenário não deve ser projetado de maneira pessimista,

uma vez que a crise não é uma novidade. Diante disso, o intelectual e político brasileiro Darcy Ribeiro (2019) disse que a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto em andamento, já que, devido ao seu potencial de transformar mentalidades e construir novas coletividades, torna-se um dos âmbitos públicos mais atacados. É importante entender que o que está acontecendo está intimamente ligado a fatos políticos históricos que favorecem os planos do atual governo.

Considerações Finais

Dentre as mudanças ocorridas ao longo do ano de 2019, percebemos um ataque progressivo à Educação Pública, especialmente no Ensino Superior. Especificando aos objetivos desse artigo, pode-se dizer que o Ensino Superior Intercultural é um dos cenários em que mais tem se concentrado os efeitos desse governo, uma vez que teve que lidar tanto com as consequências do acometimento às populações indígenas quanto com as do setor de Ensino Superior público. Minar (ou, nesse contexto neoliberal, abolir) os programas interculturais, faz parte de uma grande estratégia de dominação (colonialidade) pelo governo sobre a população, através de reformas e novas medidas que causam instabilidade ou pressão.

Dessa forma, vemos como o desmantelamento institucional de políticas e órgãos educacionais que visam combater as desigualdades sociais, a contenção de financiamento educacional a fim de promover a privatização da Educação Pública e a promoção de programas com uma carga ideológica ultraconservadora, constituem um conjunto de meios para eliminar a possibilidade de que a educação se concentre muito mais nas variáveis da desigualdade e em quebrar as relações de poder às quais essas populações foram historicamente submetidas, sendo este um dos objetivos orientadores do Ensino Superior Intercultural.

Dessa forma, é evidente como a colonialidade, caracterizada como uma forma de dominação em todos os níveis, encontra na Educação o campo ideal para o controle do capital social, cultural e econômico, que a torna o alvo de um projeto político como o do governo Bolsonaro. O ataque ao Ensino Superior público, particularmente aos programas voltados para populações indígenas, enfatiza a desigualdade existente entre os diferentes grupos identitários no país. Além disso, por serem espaços que propõem dinâmicas de ensino e de aprendizagem diferentes da hegemônica, são vulneráveis aos governos de extrema direita, pois revelam a lógica e funcionamento da estrutura colonial.

Um contexto político como esse mostra que a aprovação de leis e programas institucionais não garante o acesso dos povos indígenas ao Ensino Superior Intercultural, tanto em termos de cotas quanto de participação ativa na criação e desenvolvimento dos cursos, nem promove as condições certas para a sua permanência. As dificuldades em ingressar, estudar e concluir os cursos se intensificaram no último ano, já que por não serem suportados por uma política exclusiva, esses programas dependem de uma dinâmica assistencialista.

Percebemos assim, que o Ensino Superior Intercultural no Brasil é tão frágil que o posicionamento de um governo, com as características acima mencionadas, consegue desestabilizá-lo e enfraquecê-lo a tal ponto que muitos dos avanços alcançados até agora não foram apenas ignorados, mas abolidos, produto de um mandato que está desestruturando as bases das políticas sociais. Isso reafirma que a relação entre o Estado e as populações indígenas está estruturalmente sujeita às administrações em curso.

Mesmo com o impacto negativo que tem gerado cada uma das modificações e mudanças no setor educacional e na atenção da população indígena em geral, esse momento histórico agitou e incentivou muitas frentes e movimentos da sociedade brasileira a se unirem para combater os efeitos das ações administrativas que foram tomadas nesse primeiro ano de governo. Foi no curso desse primeiro ano, que fortaleceram seus mecanismos de mobilização e intensificaram seus esforços conjuntos, incluindo a divulgação de informações e pronunciamentos sobre os fatos ocorridos. Isso se reflete nas fontes referenciadas ao longo do artigo, correspondentes ao material publicado nos sites das organizações indígenas e indigenistas. Portanto, a indignação e frustração que isso tem produzido, tem sido o combustível para articular experiências e trabalhar coletivamente com várias associações da sociedade civil, juntando compromettimentos para se opor aos ataques aos serviços e bens públicos.

Com exceção dessa última consideração, cada um dos pontos indicados sobre o campo de

estudo em questão representa um retrocesso do trabalho realizado desde que entrou em vigência a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, para o fortalecimento e eficácia das políticas de integração e empoderamento dos povos indígenas, a partir da sua participação no projeto da sociedade a ser construída. Sendo esse o caso, este momento político é um cenário desafiador para todos aqueles que tem comandado e personificado as lutas pela reivindicação dos direitos da cidadania.

Conclui-se, desta forma, que, durante o primeiro ano deste mandato presidencial, há um contundente ataque ao conjunto de princípios e mecanismos legais estabelecidos para tratar questões relativas aos povos indígenas e sua relação com a sociedade nacional, o que é conhecido como política indigenista. Portanto, o número de mudanças administrativas e legislativas, bem como a velocidade com que elas ocorreram, são a expressão da transformação de uma estrutura legal que os resguarda. A única possibilidade de que essas coletividades e seus modos de vida não sejam mais ameaçados de tal maneira é que o aparelho judicial e o Congresso Nacional ofereçam proteção legal e prática para impedir a continuação e intensificação dessa forma de proceder.

Referências

AÇÃO EDUCATIVA; CARTA EDUCAÇÃO; DE OLHO NOS PLANOS. **Educação em disputa: 100 dias de Bolsonaro**. 2019. Disponível em: <http://sinprominas.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Educac%CC%A7a%CC%83o-em-Disputa-100-dias-de-Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.

APIB, Articulação dos povos indígenas do Brasil. **Nota da APIB sobre a aprovação do texto da MP 870 de 2019**. Brasília/DF, 23 de maio de 2019. Disponível em: <http://apib.info/2019/05/23/nota-da-apib-sobre-a-aprovacao-do-texto-da-mp-8702019/>. Acesso: 11 mar. 2020.

BRAGATO, Fernanda; BARRETTO, Vicente; SILVEIRA FILHO, Alex. A interculturalidade como possibilidade para a construção de uma visão de direitos humanos a partir das realidades plurais da América Latina. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, v. 62, n. 1, p. 33–59, jan./abr., 2017. ISSN 2236-7284. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/47133>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL, **Lei Nº 13.844** de 18 de junho de 2019. Brasília; 198º da Independência e 131º da República. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 set. 2019.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. **Senado aprova MP 870 e devolve demarcações à Funai e o órgão ao Ministério da Justiça**. 29 de maio de 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/05/senado-aprova-mp-870-devolve-atribuicoes-funai-orgao-ministerio-da-justica/>. Acesso em: 11 mar. 2020.

CRES, Conferencia regional de educación superior de América Latina y el Caribe. **Resúmenes ejecutivos**. Córdoba, Argentina. 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1uRirsFVQAds9JavoU4K9MVLiOsfthnS/view>. Acesso em: 10 mar. 2020.

COLETIVO DE REPRESENTANTES INDÍGENAS; PROLIND, ASIE. **Carta de Goiânia I**. Brasília, Brasil. 10-12 de junho de 2019.

GONZÁLEZ, Pablo. Sociología de la explotación. Buenos Aires: **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2006. Disponível em: <http://www.redmovimientos.mx/2016/wp-content/uploads/2016/10/Pablo-Gonzalez-Casanova-Sociologia-de-la-explotacion-www>.

refugiosociologico.blogspot.com_.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

ISA, Instituto socioambiental. **O que muda (ou sobra) para os índios com a reforma de Bolsonaro?** 31 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-muda-ou-sobra-para-os-indios-com-a-reforma-de-bolsonaro>. Acesso: 10 mar. 2020.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de letras da UFF** – Dossiê: literatura, língua e identidade, N° 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

NOBRE, D. A Área de linguagens nas Licenciaturas interculturais indígenas: Questões em debate. In **Licenciaturas interculturais indígenas**. A área de linguagens e suas interfaces. Cap. 1. UNIR. DEINTER. 2018. Volume 1. Disponível em: http://www.dacagm.unir.br/uploads/87443803/publicacoes/Martins_2018_Seallin.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

OIT/ Oficina Regional para América Latina y el Caribe. Convenio N° 169 de la OIT sobre pueblos indígenas y tribales en países independientes. **Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas**. Lima, Perú, 2014. 130 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_345065.pdf. Acesso em: 8 abr. 2020.

PALADINO, Mariana; ALMEIDA, Nina. **Entre a diversidade e a desigualdade**: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2012. 152 p. 21 cm. Disponível em: http://www.laboep.uff.br/images/files/LivroMarianaPaladino_Entre_a_diversidade_e_a_desigualdade-131111.pdf. Acesso em: 10 sep. 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, Marília, 17, n. 37, p. 4-28. 2002

RBA, Rede Brasil Atual. **Terra Indígena Arara continua sendo alvo de invasões, diz CIMI**. 10 de janeiro de 2019. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/01/terra-indigena-arara-continua-sendo-alvo-de-invasoes-diz-cimi/>. Acesso em: 6 abr. 2020.

RIBEIRO, D. **Sobre o óbvio**. Marília: Lutas Anticapital, 2019. 56 p. Disponível em: https://lutasanticapital.milharal.org/files/2019/02/2019_darcy_final.pdf. Acesso em: 6 mai. 2020.

SEMESP. **Ofício-Circular Nº 49** de 2019. Brasília, 3 de junho de 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1080/o/OF_CIRC._%281%29.pdf. Acesso em: 6 abr. 2020.

TEODORO, P. Política indigenista de Bolsonaro remonta ao “período do horror e da barbárie” de 40 anos atrás. 10 de abril de 2019. **Revista Fórum**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/politica-indigenista-de-bolsonaro-remonta-ao-periodo-do-horror-e-da-barbarie-de-40-anos-atras/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. **O caminho da prosperidade**. Proposta de Plano de Governo. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. Bolsonaro 2018. 2018. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 7 abr. 2020.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica y Educación Intercultural. In: **Seminario Interculturalidad y Educación Intercultural**. Instituto Internacional de Integración, 2009, La Paz, Bolivia. Disponível em:

file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/interculturalidad%20critica%20y%20educacion%20intercultural.pdf. Acesso em: 28 fev. 2020.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de) colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.

WATSON, F. Bolsonaro: 100 dias de guerra contra os povos indígenas. 16 de abril de 2019. **El País**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/11/politica/1554971346_439815.html. Acesso em: 13 mar. 2020.

Recebido em 09 de outubro de 2020.

Aceito em 13 de outubro de 2021.